



As Fontes Jornalísticas e sua relação com o discurso em Foucault¹

Maura Voltarelli Roque²

Glauco Rodrigues Cortez³

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP

RESUMO

Para além das definições, classificações, hierarquização e demais conceitos a sustentar o estudo das fontes jornalísticas, este artigo se propõe a analisar e refletir sobre a fonte - objeto básico e essencial para a atividade jornalística - de forma ampla e filosófica. A fonte jornalística é vista neste artigo não apenas como um sujeito que tem a informação e a fornece ao jornalista, acima de tudo, ela é um indivíduo com sua própria subjetividade que propaga um discurso no qual a voz que fala é resultado da influência de muitas outras vozes. Um dos objetivos que orienta este artigo é a busca por um ponto de encontro entre a visão conceitual e teórica produzida recentemente sobre a fonte jornalística e uma visão mais filosófica sobre a ordem do discurso, pensada por Michel Foucault, visando entender o que está por trás da informação gerada pela fonte.

PALAVRAS-CHAVE: fonte jornalística ; discurso ; jornalismo ; Foucault

Introdução

O objetivo principal deste artigo é buscar estabelecer por meio de uma investigação teórica e conceitual a relação entre as fontes jornalísticas e a ordem do discurso conceituada pelo filósofo francês, Michel Foucault (2009). Para tanto, foi necessário, em uma primeira etapa, debruçar-se sobre uma série de autores que definem, classificam, hierarquizam e discutem a fonte de informação jornalística de maneira extremamente prática e conceitual.

Nas obras de alguns dos autores pesquisados, nota-se uma tímida ampliação da discussão sobre a fonte de informação, mas ainda não se verifica a existência de um olhar mais amplo, de uma discussão mais substantiva, de uma visão completa e clara daquilo que realmente dá forma e sustenta a fonte de informação: o discurso. Toda informação gerada pela fonte começa e termina no discurso proferido por ela e que se faz inerente a ela, diante disso, este artigo quer mostrar que é possível relacionar as

¹Trabalho apresentado no IJ's – Jornalismo do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 13 a 15 de maio de 2010.

²Estudante de Graduação 7º semestre do curso de Jornalismo na PUC-Campinas, email: ma_voltarelli@yahoo.com.br

³Orientador do trabalho. Professor do curso de Jornalismo da PUC-Campinas, email: glaucorcortez@gmail.com



fontes de informação jornalísticas com a questão do discurso trabalhada por Foucault no seu livro *A Ordem do Discurso* (2009).

Para atingir tal objetivo e efetivamente atar as duas pontas - os conceitos formais e práticos de fonte de informação e uma visão eminentemente filosófica e plural desta - a metodologia empregada neste trabalho de pesquisa foi praticamente a revisão bibliográfica e posterior interpretação, organização e composição coerente de dados em texto científico, bem como a elaboração de uma conclusão na qual claramente buscou-se mostrar como os conceitos e definições relacionados à ideia de fonte de informação estão presentes na análise filosófica do discurso em Foucault. A pesquisa é eminentemente teórica, não há uma análise quantitativa ou qualitativa de dados propriamente dita, já que o que se busca aqui é trabalhar com conceitos, ideias e discussões, reunindo múltiplos e variados pontos de vista sobre o mesmo assunto para que se possa chegar a uma compreensão e visão teórica mais ampla de determinado objeto, no caso deste artigo, a fonte jornalística.

Este artigo pode ser dividido em três momentos: o primeiro é a revisão bibliográfica sobre fontes de informação de forma a dar uma compreensão sobre a discussão teórica recente. Vale ressaltar que se buscou reunir nesta primeira etapa opiniões múltiplas, variadas, que traduzissem por meio da riqueza de pontos de vista e complementariedade entre eles a ideia que materializa o contorno da fonte de informação. Se imaginássemos que a fonte é um círculo, poderíamos facilmente pensar que a linha a contornar o círculo são os conceitos, classificações e definições já produzidas por diversos estudiosos e autores da comunicação. Já o interior do círculo, seu preenchimento substancial começaria a ganhar forma no segundo momento deste artigo, quando se busca expor de forma teórica e explicativa as ideias defendidas por Foucault (2009), e termina de se esboçar no terceiro momento, quando se procura estabelecer uma relação entre as fontes jornalísticas e o discurso em Foucault por meio da visualização e detecção direta de momentos e pontos onde se percebe uma relação direta entre a fonte jornalística e a ordem do discurso na contemporaneidade.

De forma alguma, pretende-se com este trabalho chegar a uma nova definição de fonte; a proposta não é conceituar e sim partir das definições já existentes, mesclá-las com um pensamento eminentemente filosófico, algumas vezes rebuscado, e dar forma e espaço para um entendimento mais interno - pautado por uma organicidade entre as partes que o compõem - da fonte de informação e do que a sustenta. Parte-se para isso do pressuposto de que o que sustenta a fonte de informação, o que vive por trás dela, o



que se manifesta nela é o discurso. Um discurso que Foucault vai mostrar controlado, influenciado, limitado e adaptado a uma série de fatores próprios da sociedade contemporânea, um reduto ideológico, mais coletivo do que individual, do qual a informação gerada pela fonte emana e, em um mesmo movimento, retorna ao mesmo lugar, ou seja, à teia de influências que conferem ao discurso a polifonia e organicidade que lhe é inerente.

Fonte Jornalística

No livro *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*, Nilson Lage (2006) analisa a fonte de informação como um dos elementos básicos e constituintes de uma boa reportagem. O autor não só apresenta e define a fonte jornalística, como também a discute e elabora respostas para questões que surgem diante do relacionamento do jornalista com essa outra pessoa da qual ele não sabe quais são os reais interesses, as chances de ela lhe dar uma declaração falsa ou verdadeira, o que a motiva, bem como o que pode estar por trás dessa ou daquela atitude tomada por ela. Todas essas discussões levam a pensar a fonte; é um primeiro passo para entendê-la melhor e delimitar sua importância no jornalismo. Nilson Lage fala, em sua reflexão, sobre a natureza das fontes. Em uma primeira categoria as divide em oficiais, oficiosas e independentes.

Fontes oficiais são mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc. Fontes oficiosas são aquelas que, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido. Fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso (LAGE, 2006, p.63).

Em uma segunda categoria, Nilson Lage classifica as fontes em primárias e secundárias.

Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, *versões* e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais (LAGE, 2006, p.65).

Lage cita um exemplo para tornar didática a explicação: no caso de uma descoberta acidental de peças antigas, a fonte primária seria os descobridores que forneceriam as primeiras informações e impressões do acontecimento, mas quando em



um segundo momento, confronta-se a opinião deles com a de um historiador ou com documentos do arquivo municipal, que seriam as fontes secundárias, tem-se uma averiguação mais completa da informação. Em uma terceira categoria, classifica as fontes em testemunhas e *experts*.

Lage define *experts* como fontes secundárias, usadas para demonstrar versões ou interpretações de eventos e aponta para um cuidado muito importante que o repórter precisa ter ao entrevistar este tipo de fonte. Ele deve formular perguntas pertinentes, afinal, não há nada que incomode tanto os especialistas quanto perguntas impertinentes. A falta de preparo e precaução do jornalista nesse caso prejudica a sua relação com a fonte e, conseqüentemente, a sua coleta de informações, afetando, em um segundo momento, a produção jornalística como um todo.

No livro *Técnicas de Codificação em Jornalismo*, Mário Erbolato (2006) classifica as fontes em dois grandes grupos: as fixas e as fora de rotina. “Fixas são aquelas às quais se recorre para o noticiário de todos os dias [...] Fora de rotina são as fontes procuradas excepcionalmente, quando o esclarecimento de um fato o exige” (ERBOLATO, 2006, p. 183). O autor define fonte como sendo qualquer pessoa que presta informações ao repórter e as divide em: diretas, indiretas e adicionais. Segundo ele, as diretas são pessoas ou documentos envolvidos diretamente com o fato. As fontes indiretas são pessoas ou documentos que sabem de um fato apenas circunstancialmente, mas não estão diretamente envolvidas com ele. Para definir fontes adicionais, Erbolato faz uso da definição de Octavio Bonfim, presente em seu livro “A Apuração da Notícia”, em que ele diz das fontes adicionais como sendo aquelas que fornecem informações suplementares ou ampliam a dimensão da história. “Entre elas, citam-se os livros de referência, enciclopédias, almanaques, atlas e relatórios. Na mesma classificação são incluídas as pessoas, de qualquer forma ligados a acontecimentos atuais (BONFIM, 1969 *apud* ERBOLATO, 2006, p. 184). Utilizando outro critério - a maneira como as fontes aparecem na notícia - Erbolato as classifica como ostensivas e indeterminadas, dando, inclusive, exemplos que conferem maior didatismo à explicação.

Ostensivas quando o leitor sabe quem forneceu os elementos para a matéria. Exemplo: “O *Prefeito* declarou que vai enviar à Câmara o projeto que regulamenta a altura dos prédios na zona central”. São indeterminadas quando não há menção sobre quem deu as informações. É o caso da nota: “Segundo *alguns setores*, é possível que o dólar seja valorizado até o final deste mês” (ERBOLATO, 2006, p.185).



A necessidade de apuração de todos os dados colhidos pelo repórter é também discutida pelo autor, que estabelece as cinco formas para a apuração da notícia. São elas: observação direta, coleta, levantamento, despistamento e análise. Erbolato considera importante destacar dentro dessa discussão o papel das fontes. Afinal, uma boa apuração do fato depende também, quase que totalmente, de uma boa seleção de fontes e de entrevistas bem feitas, para que dados relevantes possam, em um segundo momento, se materializarem na informação propriamente dita.

Erbolato também discute a fonte como matéria-prima básica do fazer jornalístico, inclusive, afirmando que ela deve ser protegida pela lei, mas, acima de tudo, respeitada pelo jornalista no seu exercício diário de busca e apuração da informação.

Já Luciene Tófoli, em seu livro *Ética no Jornalismo* (2008), traz uma definição de fonte que além de incorporar os aspectos inerentes à fonte no que diz respeito à sua constituição objetiva, também incorpora as questões ideológicas e de interesse que movem e orientam o discurso da fonte.

Fontes, no jornalismo, são pessoas, entidades, instituições que têm algo a dizer ou a demonstrar que interesse à coletividade, ao jornalista, à empresa onde ou para quem ele trabalha, ou ainda, que quer dizer ou não, demonstrar ou omitir, algo que interesse à sociedade, a ela própria [a fonte], ou à empresa/instituição/entidade onde ou para quem ela trabalha, ou ao jornalista ou à empresa para qual ou na qual ele trabalha. (TÓFOLI, 2008, p. 51).

Tófoli assegura um espaço em sua reflexão sobre a fonte de informação jornalística para discutir os critérios que orientam a escolha de uma fonte no sentido de ilustrar uma reportagem, servindo de elemento de apuração e posterior noticiabilidade de um fato específico delimitado no tempo e no espaço. Neste sentido, Tófoli vai falar sobre o processo de escolha de uma fonte com base em alguns critérios principais. O primeiro critério do qual ela trata diz respeito à autoridade que a fonte tem para falar sobre o assunto. “Não é possível, por exemplo, um advogado falar (no sentido de se esclarecer técnica e profissionalmente) sobre as técnicas de uma intervenção cirúrgica de alto risco”(TÓFOLI, 2008, p. 52). No entanto, a autora lembra que, muitas vezes, o status da fonte não quer dizer que ela necessariamente tenha conhecimento sobre determinado assunto, neste caso, ao escolher uma fonte apenas pela sua qualificação e não pela informação propriamente dita que esta possa vir a oferecer, o jornalista pode incorrer em um equívoco que só será notado no momento em que a pessoa tiver que expor um conhecimento que, na realidade, ela não possui.



Diante desse fato, Tófoli lembra outro critério a ser observado na escolha da fonte, além da autoridade que esta tem que ter para falar de determinado assunto, é necessário observar a credibilidade dessa fonte. “É inegável que muitos analistas financeiros podem falar sobre negócios. Porém é preciso saber até que ponto o que eles dizem é credível” (TÓFOLI, 2008, p. 52).

A questão da escolha das fontes de informação e dos critérios a orientar essa escolha também é discutida pela jornalista Cremilda Medina em seu livro *Entrevista O Diálogo Possível* (2004). Medina vê a escolha da fonte de informação como ponto de partida para a entrevista. No entanto, por trás daquilo que parece ser um simples processo de escolha, a autora vê uma espécie de ditadura da oferta de fontes e uma predeterminação de quem se deve ouvir no contexto de um processo autoritário de produção noticiosa.

Dentro de um processo autoritário (a ditadura da oferta), esta seleção preexiste a uma pesquisa de campo. A predeterminação de quem se deve ouvir na reportagem é inerente ao jornalismo acoplado a grupos de poder (econômico ou político ou cultural). Torna-se sumária a seleção de fontes de informação: já estão à disposição do editor, chefe de reportagem, repórter ou pauteiro aqueles nomes, endereços e telefones dos entrevistados habitués. (MEDINA, 2004, p. 35).

Consequentemente, como diz Medina, este autoritarismo institucional acentuou a limitação de vozes no circuito da comunicação coletiva e, em última instância, fez com que a pluralidade dos pontos de vista fosse negada à sociedade brasileira através do grande sistema da indústria cultural. Outra consequência desta realidade foi o reforço da voz oficial em detrimento das vozes anônimas, do debate nacional. Nas palavras de Medina, “verificou-se a extrema centralização de fontes de informação em todos os temas (pautas) que diziam respeito diretamente a qualquer cidadão brasileiro”(MEDINA, 2004, p. 36).

Em diferentes situações narradas em seu livro, Medina procura mostrar que aquilo que realmente está em jogo e se faz importante é a seleção de fontes de informação promovida pela pauta dos meios de comunicação, uma seleção que apenas se fará justa e abrangente a partir do momento em que buscar a descoberta e renovação das fontes de informação na permanente busca daquilo que a autora chama de *Diálogo Possível*. “A seleção das fontes de informação terá de se enriquecer através da pluralidade de vozes e, ao mesmo tempo, da qualificação humanizadora dos entrevistados descobertos”(MEDINA, 2004, p.37).



Quando se fala em fonte de informação dentro do jornalismo, uma questão de extrema importância e que, na maioria das vezes, é deixada de lado se impõe, trata-se da relação jornalista/fonte. Tófoli (2008) mergulha nesta discussão e diz ser importante refletir a respeito da relação entre fonte e jornalista, primeiramente porque sem a fonte não há notícia e sem notícia não há jornalista, tampouco jornalismo. Ou seja, a fonte tem uma importância crucial para a atividade jornalística. O fato é que, ao falar de relações, neste caso especificamente a relação fonte/jornalista, sempre há interesses e conflitos, sejam eles de ordem moral ou prática, portanto, cabe identificar quais são os interesses de jornalistas e fontes quando ambos se procuram. Segundo Tófoli (2008), analisando a questão sob a ótica funcional, utilitarista, ambos querem algo que o outro tem.

A fonte tem a informação; o jornalista tem a capacidade de torná-la pública [...]; a fonte quer fazer parte da agenda pública, divulgando temas que são do seu interesse, o jornalista quer informação exclusiva, que o coloque ou o veículo de comunicação no qual ele trabalha na agenda de interesses; a fonte quer a legitimação de suas ideias, seus objetivos, seus negócios, sua imagem pública positiva, o jornalista quer informações credíveis, de interesse coletivo, uma imagem profissional positiva. (TÓFOLI, 2008, p. 53).

Um dos elementos que se faz mais importante nessa relação entre o jornalista e a fonte diz respeito ao contraditório. O jornalista deve sempre dar voz ao maior número possível de fontes envolvidas em determinado fato, dar espaço para opiniões e versões diferentes que tornam, em última instância, a sua representação da realidade mais próxima desta última. Sobre essa questão do direito ao contraditório e também sobre a responsabilidade do jornalista em sua relação com as fontes de informação, Felipe Pena em seu livro *Teorias do Jornalismo* (2005), chama atenção para o fato de que no jornalismo

não há fibrose. O tecido atingido pela calúnia não se regenera. As feridas abertas pela difamação não cicatrizam. A retratação nunca tem o mesmo espaço das acusações. E mesmo que tivesse, a credibilidade do injustiçado não seria restituída, pois a mentira fica marcada no imaginário popular. Quem tem a imagem pública manchada pela mídia não consegue recuperá-la. Está condenado ao ostracismo. (PENA, 2005, p.113).

Em relação a essa função do jornalista em dar espaço para o contraditório e ouvir o maior número de versões possíveis sobre o mesmo fato também falam os autores Bill Kovach e Tom Rosenstiel em *Os Elementos do Jornalismo* (2003).



Os jornalistas funcionam apoiados em algum tipo de método, altamente pessoal, para testar e fornecer a informação – sua própria disciplina individual da verificação. Essa disciplina consiste, entre outras práticas, em procurar várias testemunhas de um fato, descobrir novas fontes, indagar sobre os vários lados de uma questão. (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003, p. 112).

De forma geral, todos os autores aqui citados deixam claro que fonte e jornalista têm uma relação quase que mutualística. Um depende do outro e um serve aos interesses do outro na medida em que a relação que se estabelecer entre ambos for a mais sincera e clara possível. É claro que é uma relação repleta de interesses, mas que estes fiquem explícitos para que a informação possa também ser a mais clara possível. Nesse sentido, fica evidente a importância da fonte no jornalismo; conhecê-la e saber usar o que ela tem a oferecer é o que buscam aqueles que de fato defendem uma maior responsabilidade com a informação.

A Ordem do Discurso

O livro *A Ordem do Discurso* (2009), de Michael Foucault, traz o conteúdo de sua aula inaugural no Collège de France pronunciada em dois de dezembro de 1970. O texto se estrutura em torno dos conceitos apresentados por Foucault para propor uma nova visão e estudo da análise do discurso.

Em uma de suas primeiras considerações, Foucault fala das vozes que falam antes dele, ou seja, das múltiplas vozes que compõe, formam e influenciam um discurso. Já apresenta, portanto, uma característica inerente ao discurso: a polifonia, enunciada pelo linguista russo Mikhail Bakhtin no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1992). Em seguida, Foucault chama atenção para o fato de o discurso ser algo controlado e selecionado, organizado segundo princípios de exclusão e interdição. Foucault trata do discurso como sendo um tabu do objeto, ritual de circunstância, direito privilegiado e exclusivo do sujeito que fala, o que fica evidente neste trecho da obra:

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar (FOUCAULT, 2009, p.09).



Para Foucault, essa grade complexa na qual se constitui o discurso teria como regiões mais cerradas a da sexualidade e da política, nele elas exerceriam de modo privilegiado alguns de seus mais temíveis poderes. Neste sentido, o autor estabelece uma ligação entre o desejo e o poder, traduzindo o discurso como sendo um objeto do desejo e não simplesmente uma manifestação dele. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2009, p.10).

Um ponto interessante da fala de Foucault é a explicitação dos procedimentos de controle e delimitação do discurso, tanto os que se exercem do exterior, quanto os que se exercem do interior.

Os elementos que, segundo o autor, controlam o discurso seriam o comentário (dizer o que estava articulado no texto primeiro, “acaso do discurso”), o autor (foco da coerência do discurso) e as disciplinas (permitem construir, mas conforme um jogo restrito, e se opõe aos outros dois princípios).

Neste ponto, Foucault discute a ordem de um discurso científico na Idade Média e o contrapõe com a ordem do discurso literário. Neste último, a importância do autor se reforçou, o que aconteceu de maneira inversa com o discurso científico. Este exemplo, citado oportunamente pelo autor, é interessante e necessário, pois permite melhor visualização e entendimento do conceito aparentemente abstrato que Foucault nos apresenta em um primeiro momento. Ele permite que o leitor entenda, de forma mais clara e concreta, como a figura do autor acaba por limitar um discurso seguindo um jogo de identidade (individualidade/eu). Já no caso do comentário, a limitação do discurso se dá em razão de um jogo de repetição e do mesmo. Ao discorrer filosoficamente sobre as disciplinas, Foucault tem o cuidado de defini-las como não sendo a soma de tudo que pode ser dito de verdade sobre algo, já que as disciplinas, segundo ele, são feitas tanto de erros como de verdades.

Lá onde, segundo a tradição, cremos reconhecer a fonte dos discursos, o princípio de sua expansão e de sua continuidade, nessas figuras que parecem desempenhar um papel positivo como a do autor, da disciplina, da vontade e de verdade, é preciso reconhecer, ao contrário, o jogo negativo de um recorte e de uma rarefação do discurso. (FOUCAULT, 2009, p. 52).

Foucault também fala do terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos no que diz respeito à determinação de suas condições e funcionamento, imposição de regras e limitação do acesso a ele. Um exemplo claro e facilmente



percebido, citado por Foucault, é a rarefação dos sujeitos que falam, ou seja, não se entra na ordem do discurso sem que algumas exigências sejam satisfeitas.

Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação, desta vez, dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (FOUCAULT, 2009, p.37).

É neste ponto que Foucault traz novamente um enunciado de perfil lógico e de aplicação total na realidade contemporânea. Ele diz da troca e da comunicação como figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição e, sem dúvida, não poderiam funcionar sem estes. Esta restrição se dá por um ritual, no qual se leva em consideração a qualificação de quem fala, os gestos, as circunstâncias e, obviamente, os signos do discurso. A ordem do discurso faz-se, portanto, sujeita ao ritual que a condiciona. Segundo Foucault, sob a ordem do discurso se exercem formas de apropriação do segredo e de não-permutabilidade. A restrição do discurso, da qual um dos elementos principais é a qualificação do sujeito que fala, leva à sua uniformidade.

Diante do cenário de controle e restrição ao qual o discurso se submete, Foucault (2009) mostra alguns princípios a serem seguidos para que o discurso seja visto e entendido sob uma nova concepção. O primeiro deles é o princípio da inversão (olhar a fonte dos discursos não apenas como algo positivo, mas também como participante direto de um jogo negativo), princípio da descontinuidade (os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas que se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem), princípio da especificidade (o discurso não pode ser transformado em um jogo de significações prévias) e princípio da exterioridade (passar às condições externas de possibilidade e não ao núcleo interior, escondido do discurso).

A ordem do discurso nas fontes jornalísticas

Alguns pontos discutidos por Foucault (2009) estabelecem uma relação direta com a ideia de fonte de informação jornalística e com a sua intrínseca razão de ser. Essa relação se faz mais evidente em alguns trechos da obra, em outros ela é apenas indireta e distante. O fato é que a fonte de informação é a portadora legitimada do discurso. Portanto, ao falar de fonte de informação jornalística, não é possível esquecer as



articulações, produções e limitações inerentes ao discurso que se estabelecem nas relações de diálogo desta fonte com o outro.

Quando se resgata um ponto interessante da fala de Foucault (2009) no que diz respeito aos procedimentos de controle e delimitação do discurso, tanto os que se exercem do exterior, quanto os que se exercem do interior, acima expostos, pode-se empreender uma análise a respeito das limitações que são inerentes ao discurso de toda e qualquer fonte de informação. Tomando por base o que diz Foucault sobre a figura do autor como foco de coerência do discurso e elemento limitador deste - já que ao falar o autor acaba limitando o que diz em função de sua individualidade e da sua inerente subjetividade - o discurso da fonte é articulado a partir de um autor principal (a própria fonte) e já nasce limitado, portanto, também não pode ser entendido como algo absoluto. A fonte produz um discurso limitado que sempre estará sujeito e condicionado à sua individualidade, aos seus interesses particulares, e estes estarão acima da informação; a fonte fornecerá apenas o dado que não afete de forma negativa os seus interesses, falará apenas daquilo que está dentro do seu espectro de valores. Em um paralelo mais direto com a ideia defendida por Foucault, este fala do autor do discurso como sendo mais um fator que o limita, privando o discurso de uma completude mais livre e potente. No caso do jornalismo, tem-se o autor do discurso na figura da fonte e a informação gerada na figura do discurso limitado ou, em outras palavras, o discurso da fonte não pode ser encarado como a prova irrefutável da verdade de um fato, haja vista, as limitações a ele inerentes.

Pede-se que o autor preste contas da unidade de texto posta sob seu nome, pede-se-lhe que revele, ou ao menos sustente, o sentido oculto que os atravessa; pede-se-lhe que os articule com sua vida pessoal e suas experiências vividas, com a história real que os viu nascer (FOUCAULT, 2009, p.28).

As fontes de informação são sempre selecionadas e escolhidas levando em consideração alguns fatores como a qualificação de quem fornecerá a informação. Como já visto, há critérios que orientam a escolha das fontes jornalísticas e muitas vezes servem a interesses econômicos e de poder (MEDINA, 2004) . Não é qualquer um que pode falar em qualquer circunstância.

Pode-se dizer também que há uma certa ritualidade nos procedimentos de qualificação e seleção de fontes de informação no discurso jornalístico, assim como, para Foucault, há uma espécie de ritualidade na qualificação dos indivíduos que falam no discurso.



A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam [...] define gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem os limites de seu valor de coerção. (FOUCAULT, 2009, p. 39).

Além disso, pode-se verificar no discurso jornalístico a rarefação dos sujeitos que falam tal como foi exposto por Foucault em seu livro, bem como as áreas abertas e fechadas do discurso que o torna restrito pelas suas próprias interconexões. “Não nos encontramos(...) senão obedecendo às regras de uma “polícia” discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.” (FOUCAULT, 2009, p. 35). Neste ponto, fica claro, portanto, a relação que se estabelece entre a rarefação dos sujeitos que falam como mais um princípio que permite controlar o discurso e o ritual seguido na escolha da fonte jornalística. A “polícia discursiva” de que fala Foucault se manifesta cotidianamente na atividade jornalística quando a fonte é escolhida muitas vezes mais pela sua qualificação e não pelo conteúdo que esta pode transmitir ao público, como lembra a autora Luciene Tófoli em seu livro *Ética no Jornalismo* (2008). Como exposto no primeiro capítulo deste artigo, ela alerta para o fato de que, muitas vezes, privilegiando apenas o status ou a qualificação da fonte, relega-se a um plano inferior aquilo que deveria ser colocado em primeiro lugar: a qualidade da informação, a coerência, clareza, a fundamentação e conhecimento do conteúdo a ser transmitido. Com isso, o prejuízo último acaba sendo do público que terá acesso a uma informação ritualizada e, muitas vezes, incompleta.

O paralelo para o que já alerta Foucault fica claro. A rarefação dos sujeitos que falam controla e limita o discurso à medida que certas regras, comportamentos, posturas e condutas devem ser seguidas à risca. É como se o discurso deixasse de ser sólido para se tornar permeável, modificável, penetrável. A qualificação e demais critérios utilizados para escolher a fonte de informação quando tomados de forma exagerada em prejuízo último da informação e do conteúdo a ser transmitido também levam a um controle do discurso, que no Jornalismo, se traduz na informação gerada. Esta passa a ser controlada, portanto, limitada e condicionada.

O fato é que, como alerta Foucault, esse sistema de restrição de fato começa a ser interessante para a comunicação, visto que não se pensa a fonte em relação ao conteúdo que esta pode transmitir, mas antes do conteúdo, o que se pensa é no status e em como a fonte pode elevar a comunicação apenas pela sua posição social.



Neste ponto, entra uma outra discussão que Foucault levanta em sua obra a respeito da troca e da comunicação como figuras positivas que atuam no interior de sistemas complexos de restrição e, sem dúvida, não poderiam funcionar sem estes. De fato, a comunicação atua cada vez mais dentro de um sistema de restrição, há cada vez mais regras que a limitam, que querem definir e propor modelos a serem seguidos, grades na qual se deve habitar, isso tudo afeta diretamente a qualidade da informação gerada, a contextualização do fato, a busca por um entendimento do contemporâneo, por uma mediação responsável e articulada dos conflitos e da variedade de interesses que habita o tecido social. Assim, tem-se, como diz Foucault, uma figura de troca, de extrema importância – a comunicação – atuando no interior de um sistema complexo de restrições.

Por fim, o último ponto de contato entre a fala de Foucault e as fontes de informação reside em uma das questões mais discutidas quando se fala em fonte de informação: seus interesses e desejos particulares. Quando Foucault enumera alguns princípios a serem seguidos para que o discurso seja visto e entendido sob uma nova concepção, ele de fato utiliza a palavra fonte ao falar sobre o princípio da inversão que, segundo ele, consistiria em olhar a fonte dos discursos não apenas como algo positivo, mas também como participante direto de um jogo negativo, ou seja, em outras palavras, as fontes devem ser reconhecidas e entendidas a partir da ótica de seus interesses, elas nunca são ingênuas, assim como também não se faz o próprio jornalista. Para Foucault, para que o discurso seja visto e exista sob uma nova concepção, mais livre e potente, entre outras coisas, deve-se olhar de forma mais crítica as fontes do discurso, da mesma forma, para o Jornalismo, ver as fontes de informação de maneira mais cuidadosa e responsável é o primeiro passo para que o jornalista saiba usá-las em benefício do interesse público e da informação.

Considerações finais

Conclui-se, portanto, que os pontos de contato entre a filosofia da ordem do discurso em Foucault e as teorias, ideias e conceitos relacionados às fontes de informação jornalística são diversos. A percepção destes depende de uma análise cuidadosa, de um olhar amplo que conduz aquele que lê a uma compreensão aberta e extremamente rica não só do discurso, como também, da fonte de informação jornalística. Esta passa a ser vista de forma mais crítica e, ao mesmo tempo, responsável, a partir do momento em que se demonstra, por meio de uma investigação e



mergulho teórico, como o pensamento filosófico e os conhecimentos jornalísticos estabelecem sutis pontos de encontro ao longo do seu caminho. O objetivo deste trabalho foi justamente detectar um desses pontos de encontro, mais especificamente, o ponto onde se encontram a ordem do discurso e a fonte jornalística.

A pesquisa teórica, apesar de não se estender ao campo da análise prática, permite que se solidifiquem alguns conceitos, que se amplie percepções e, além disso, fornece um subsídio e respaldo para que uma análise qualitativa, por exemplo, das fontes de informação utilizadas por algum veículo de comunicação possa ser feita de maneira mais sólida, embasada, inspirada tanto na filosofia quanto no que dizem as definições, conceitos e classificações dos elementos da comunicação jornalística.

Ao redor do eixo teórico da presente pesquisa foi possível obter uma espécie de transbordamento teórico ao refletir sobre questões que vão muito além da fonte de informação jornalística como a construção de um discurso mais livre e responsável e a situação da comunicação na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

- LAGE, Nilson. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.49 -71
- ERBOLATO, Mário L. Técnicas de Codificação em Jornalismo. 5ª Ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 183 – 188
- TÓFOLI, Luciene. Ética no Jornalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- MEDINA, Cremilda. Entrevista O Diálogo Possível. 4º Ed. São Paulo: Ática, 2004
- PENA, Felipe. Teorias do Jornalismo. São Paulo: Contexto, 2005
- KOVACH, Bill ; ROSENSTIEL, Tom. Os Elementos do Jornalismo. 1º Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2003
- FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 18º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009
- BAKHTIN, M. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1992.